

HARE, R. M. *Ética: Problemas e Propostas*. São Paulo: Unesp, 2003.

RESENHA

GABRIELA MIRANDA ZABEU
(UFSC - Brasil)

Richard Mervyn Hare (1919 - 2002), filósofo da moral, inglês, utilitarista, conhecido por seu primeiro livro *The Language Of Moral* (1952), onde baseando-se na filosofia da linguagem, desenvolve sua teoria ética sobre o prescritivismo e o conceito de universalizabilidade. Em 1997, publica *Ética: Problemas e Propostas*, após uma série de problemas de saúde que o incapacitaram de realizar o projeto inicial do livro. Consciente da dificuldade que se propunha, publica neste as Conferências Axel Hägerström sob o título “Uma taxonomia das teorias éticas”. Adiciona conjuntamente nesta publicação, uma tentativa de defesa de seu empreendimento ao aplicar à ética sua filosofia da linguagem, pertencente a uma introdução à palestras feitas em Oxford, na Flórida, e por fim, uma republicação de seu polêmico artigo intitulado “Kant poderia ter sido um utilitarista?” (publicado pela revista *Utilitas*, 5).

De acordo com R. Hare, em *Ética: Problemas e Propostas*, um estudo dos significados das palavras e dos enunciados morais é necessário. A filosofia da linguagem “deve ser capaz de prover uma estrutura lógica para nosso pensar moral” (HARE, 2003, p. 20). Vemos que a teoria de Hare é uma teoria ética sobre o significado, a natureza e as propriedades lógicas de conceitos morais. Seus argumentos estão fundamentados na lógica, a qual nos

possibilita determinar o que implica o quê, e que argumentos são válidos ou não. Seus juízos morais não são apenas descrições de fatos, pois os significados das palavras morais são normativos ou prescritivos. Por exemplo, quando alguém afirma “Você não deve roubar”, está querendo dizer “Seja honesto”. Dessa forma, estamos prescrevendo uma conduta, indicando ao outro o que ele deve fazer. Em R. Hare, a linguagem moral tem a função de orientar as ações. No entanto, as prescrições morais não são arbitrárias, pois requerem, a partir da universalidade kantiana, uma característica lógica chamada universalizabilidade, dessa forma, poderemos estabelecer normas de ação.

Se juízos morais e outros juízos normativos não podem ser arbitrários, eles são feitos por causa dos fatos. “Se fizermos um juízo a respeito de uma situação, não podemos, ao admitir que os fatos são os mesmos em outra situação, fazer simultaneamente um juízo conflitante a respeito da segunda situação” (HARE, 2003, p. 34). A pessoa que adere a dada prescrição deve aplicá-la a si mesma e a qualquer agente em situação similar e deve incluir os desejos daqueles que serão afetados pela ação em suas relações com o agente. R. Hare, dessa forma, une o utilitarismo à filosofia moral de Kant. A forma como se dá a linguagem moral baseada no prescritivismo apoiado na universalidade que fundamenta sua teoria metaética, é kantiana. O

conteúdo, que visa a maximização e a satisfação de todos e que fundamenta sua teoria normativa, é utilitarista.

Enquanto Kant estabelece máximas de ações universais, e estas devem ser observadas por *todos* como leis práticas, R. Hare adota o preferencialismo. A universalizabilidade requer que em situações semelhantes, estas impliquem *ao agente* um mesmo juízo moral, mas as diferentes perspectivas das pessoas são aceitas desde que cada um seja coerente com os padrões que toma para si. Por exemplo, diante de atos, como o de queimar criancinhas com bitucas de cigarro, diríamos, “É errado porque foi um ato de causar dor por prazer”. Se alguém dissesse que este não foi um ato errado, não estaria se contradizendo, apesar de que a maioria das pessoas a chamariam de imoral.

A universalizabilidade dos juízos morais é uma característica lógica e não expressa nenhum princípio moral substancial. Precisamos notar também, que considerações formais, como características lógicas das sentenças morais e a teoria dos atos de fala, na qual R. Hare também se baseia, “são somente um elemento nos argumentos morais, outros são os fatos a respeito de situações, que são substanciais, e em especial a respeito das vontades das pessoas, usando o termo de Kant; e também esses fatos são substanciais” (HARE, 2003, p. 49).

De acordo com R. Hare, palavras e enunciados morais, como “*ought*” (dever, no sentido de uma obrigação moral), “bom”, “certo”, “errado”, expressam conceitos *formais*. Isso significa que as regras para o seu uso são esgotadas por implicações e por outras propriedades lógicas que elas dão às sentenças em que aparecem. Podemos, então, descobrir

quais são essas propriedades formais pela teoria dos atos de fala. R. Hare isola traços característicos das sentenças que realizam suas funções em um ato de fala, mostra a diferença entre modo e conteúdo. O modo é ou pode ser parte do significado, por exemplo, no caso das expressões “Faça aquele exercício” e “Você fará aquele exercício”, elas possuem implicações lógicas diferentes. A primeira não implica que você fará aquele exercício, pois uma ordem não infere o próprio cumprimento, já a última implica que você o fará. O conteúdo é o que está sendo afirmado que é o caso, ou ordenado que seja o caso. Assim as expressões “Abra a janela” e “Feche o armário” tem o mesmo modo, mas um conteúdo diferente.

R. Hare distingue, então, os atos de fala ilocutórios dos perlocutórios¹. Os primeiros sendo o que nós estamos fazendo *ao* dizer alguma coisa (o que nós acreditamos acerca do que dizemos, por exemplo: ao dizer que prometo, estou fazendo uma promessa), e os do segundo tipo, o que estamos fazendo ou procurando fazer *por* dizer alguma coisa (realizado apenas se certos resultados ou efeitos forem obtidos, por exemplo: ela acreditar que lhe faço uma promessa). Notamos que o modo faz parte do significado (“Faça aquele exercício” e “Você fará aquele exercício” não significam a mesma coisa), assim, a fim de entender o que alguém quis dizer, temos de saber em qual modo estava seu ato de fala. E isso é saber alguma coisa sobre sua força ilocutória, ou seja, o que acreditamos acerca do que dizemos. Para atos perlocutórios não pode haver uma lógica. Um mesmo ato ilocutório, com o mesmo significado, pode ter efeitos perlocutórios distintos e isso, por si só, mostra que o efeito perlocutório não faz parte do

significado.

Outros apontamentos importantes são o significado valorativo (que é a recomendação contida no juízo, ou o contrário), o que irá se desenvolver em prescrições, e o aspecto descritivo, que são as bases factuais do juízo, o critério pelos quais ele é feito. Notamos então, com essa exposição, como o estudo da lógica leva inevitavelmente ao estudo da linguagem nessa proposta metaética de R. Hare. “Pois a menos que entendamos completamente o que nós ou o que os oponentes numa argumentação moral ou numa argumentação teórica sobre a moral estejamos dizendo, nunca seremos capazes de decidir racionalmente nenhuma das questões que surgem” (HARE, 2003, p. 64).

Na segunda parte de seu livro, R. Hare apresenta As conferências Axel Hägerström sob o título “Uma taxonomia das teorias éticas”. Sua intenção é uma investigação sobre as teorias éticas possíveis de se encontrar. Na maioria das vezes, faz-se uma divisão dicotômica, esgotando-se entre elas o gênero. A diferença de cada espécie dá-se pela negação da outra. “Se for possível realizar essa ambição e fazer a taxonomia exaustiva, então teremos, no fim das contas, uma classificação completa das teorias éticas possíveis, com uma demonstração de que são as únicas possíveis.” (HARE, 2003, p. 49).

Inicia-se, então, uma classificação sistemática das teorias éticas distinguindo o descritivismo do não-descritivismo, baseando o diferencial nas condições de verdade pertencentes à semântica. R. Hare busca aprimorar como a tradição analítica concebe tais condições de verdade, notando que nem todas as distinções gramaticais são relevantes para o significado, que sentenças com a mesma forma e conteúdo

podem realizar diferentes atos de fala, e atenta para a diferenciação entre significado descritivo e valorativo dos enunciados morais, o que já mencionamos anteriormente.

As condições de verdade têm de determinar o significado, entendido como sentido e referência. O descritivismo ético é a concepção de que o significado de um enunciado moral é inteiramente determinado por suas condições de verdade, então, um não-descritivista nega isso. R. Hare aponta que “tanto as condições de verdade como o significado descritivo de um enunciado moral podem variar sem que o significado do enunciado varie como um todo.” (HARE, 2003, p. 82). Isso porque o enunciado valorativo, pode permanecer o mesmo.

De acordo com R. Hare (2003, p. 83, 84), por exemplo, se chamo um homem de boa pessoa, fazendo-lhe um enunciado moral, porque ele vai à igreja e doa dinheiro aos pobres, considere determinadas qualidades descritivas como condições de verdade do enunciado que exprimi. Mas suponhamos que meus padrões mudaram agora, e que considero ir na igreja e doar aos pobres, um sinal de fraqueza. Direi então, que aquele homem não é uma boa pessoa, pelas mesmas propriedades que me fizeram julgar o contrário anteriormente. Estou usando a expressão boa pessoa ainda com o mesmo significado valorativo de recomendá-lo, ou não. Mas mudei de opinião a respeito do que disse antes. Ninguém poderia concordar com ambos os julgamentos, isso seria uma contradição. Não seria assim se o significado de minhas palavras tivesse mudado inteiramente. Neste momento, estou usando as palavras com um significado descritivo diferente, ou seja, de acordo com diferentes condições de verdade.

A relevância disso para ética é notar que “se mudarmos as condições de verdade de um enunciado moral, mudamos seu significado descritivo. Mas, se o significado valorativo permanecer o mesmo, teremos, ao fazer essa mudança, alterado nossos padrões morais.” (HARE, 2003, p. 84, 85). Os padrões morais pelos quais avaliamos a verdade de enunciados morais não são neutros, estão perpassados por nossa própria postura moral, o que é substancial. É isto que os não-descritivistas apontam, a saber, que os elementos valorativos ou prescritivos do significado desses enunciados, podem permanecer os mesmos, embora as condições de verdade mudem.

Após a primeira dicotomia apontada por R. Hare, seguem-se outras. Primeiro são diferenciadas as teorias descritivistas denominadas naturalismo (condições de verdade dos enunciados morais são propriedades não-morais) do intuicionismo (condições de verdade dos enunciados morais são propriedades morais *sui generis*). Do naturalismo, outra dicotomia é feita, diferenciando o naturalismo objetivístico (essas propriedades são objetivas) do naturalismo subjetivístico (essas propriedades são subjetivas). Vale comentar aqui, como R. Hare aponta, que todo tipo de descritivismo acaba por cair em um relativismo. Depois, diferencia-se as teorias não-descritivistas denominadas emotivismo (os enunciados morais não são governados pela lógica) e não-descritivismo racionalístico (os enunciados morais são governados pela lógica). Do não-descritivismo racionalístico, segue-se a dicotomia feita entre o prescritivismo universal (a lógica que governa os enunciados morais é a lógica das prescrições morais) e deixando uma abertura a uma possível teoria ética.

R. Hare, nestas análises, dedica-se a encontrar falhas em tais teorias, e por fim no capítulo intitulado “Racionalismo”, busca construir, a partir dos elementos que considera válidos nestas teorias, sua própria teoria ética, que se mostra mais forte e ampla que as anteriormente apresentadas. Há um ponto de sua teoria que aparece aqui, bastante criticado. R. Hare reconhece que o pensamento moral se move em dois níveis distintos, embora conectados. O primeiro nível é o intuitivo, no qual aplicamos os princípios morais assumidos sem muita reflexão. É este que realizamos na maior parte de nosso pensar moral cotidiano, e é neste nível que possuímos crenças e convicções simples, porém bem fundadas. Hare afirma que estaremos agindo bem se permanecermos nele na maioria dos casos, pois nestas decisões cotidianas, se nos permitirmos profundas cogitações, poderíamos distorcer nosso pensamento. Devemos agir de acordo com este primeiro nível quando consideramos casos, usando um exemplo de Hare, como o de um paciente que acaba de ter um colapso e nós estamos pensando se devemos tentar reanimá-lo.

Mas, uma vez que há o aparecimento de dúvidas ou conflitos morais e temos tempo para isso, necessitamos de um nível de reflexão mais elevado, no qual os juízos tomados no primeiro nível sejam criticados, justificados ou desqualificados. É neste segundo nível que se encontra uma reflexão moral propriamente dita, e é nele que nos é possível universalizar, isto é, prescrever normas morais válidas para todos os casos dados em semelhantes circunstâncias. Devemos ter este tipo de pensamento quando, por exemplo, pensando em casos de bioética, estamos tentando decidir que princípios ou

atitudes os médicos devem ter, o que orientará os corpos disciplinares que a profissão médica deveria seguir, ou que leis a legislação deveria promulgar.

Por fim, na terceira parte de seu livro, R. Hare republica o artigo intitulado “Kant poderia ter sido um utilitarista?”. Inicia-se então uma tentativa de mostrar que não há nada paradoxal em tentar chegar a princípios utilitaristas através de um método kantiano, e que podemos interpretar o imperativo categórico por uma via utilitarista. Mas essa liberdade temos ao interpretá-lo em sua teoria e em seus escritos, todavia, não poderíamos ter a mesma postura com relação ao próprio Kant, que devido a sua rígida educação o fez basear-se em princípios altamente rigorosos para a formulação de sua teoria, e que não concordaria com um desenvolvimento consequencialista dela.

Seu objetivo neste capítulo é fazer uma pergunta, indicar um caminho de investigação e não propriamente responder a ela, entretanto, ele diz “Kant, argumentarei, *poderia* ter sido um utilitarista, embora *não fosse*.” (HARE, 2003, p.

202). Então, R. Hare aponta para uma série de passagens na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes* notando como poderíamos interpretá-las por uma via utilitarista, mostra exemplos em que as consequências (como J. S. Mill² já havia apontado) e a maximização da felicidade das pessoas é considerada em Kant.

Relevante aqui, é notar que tal exposição é feita com base em sua própria teoria ética. Em sua elaboração, ao unir conceitos utilitaristas com kantianos, tal questão provavelmente enunciou-se. Podemos tomar tal desenvolvimento em consideração e apoio à própria teoria de R. Hare, que se mostra mais ampla e eficaz ao abranger ambas as concepções. Vemos isso em uma série de exemplos práticos apontados neste livro, *Ética: Problemas e Propostas*, uma vez que R. Hare tem esta preocupação desde o início. Visa apoiar a todo momento seus argumentos em exemplos, o que facilita ao leitor a compreensão de sua complexa teoria. Interessados em desenvolvimentos direcionados à ética aplicada, fica a indicação do livro *Essays on Bioethics* (2000) de R. Hare.

NOTAS

¹Baseando-se em: AUSTIN, J. L. **How to do Things with Words**. New York: Oxford University Press, 1962.

²MILL, J. S. **A Liberdade – Utilitarismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BIBLIOGRAFIA

- AUSTIN, J. L. *How to do Things with Words*. New York: Oxford University Press, 1962.
- HARE, R. M. *Essays on Bioethics*. New York: Oxford University Press, 2000.
- HARE, R. M. *Ética: Problemas e Propostas*. São Paulo: Unesp, 2003.
- HARE, R. M. *A Linguagem da Moral*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MILL, J. S. *A Liberdade – Utilitarismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.